

## OS NEGÓCIOS COM PRIVADOS FAZEM DISPARAR DESPESAS NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

### RESUMO DESTE ESTUDO

As despesas que têm aumentado mais no Serviço Nacional de Saúde são com negócios com entidades privadas.

Entre 2003 e 2005, as “Despesas com Pessoal” aumentaram 10,8%, mas as despesas com “Subcontratos” com privados cresceram 21,3%, portanto praticamente o dobro.

Se somarmos às despesas com “Compras”, com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” e com “Subcontratos”, ou seja, se somarmos as despesas com todos os negócios com privados, a soma já representava, em 2005, cerca de 48,5% das despesas totais do Serviço Nacional de Saúde. E neste valor ainda não estão incluídas as despesas com entidades privadas dos Hospitais EPE.

Em 2006, verificou um aumento espectacular das despesas resultantes de negócios com privados. Se se considerar o período de Janeiro a Março de 2006, e se compararmos as despesas deste período com o de idêntico período de 2005, conclui-se que as despesas com subcontratos com entidades privadas aumentaram, nos Hospitais do SPA, 46,3% e, nos Hospitais EPE, 32,1%, enquanto as despesas com pessoal, nestes hospitais, cresceram, respectivamente, 5% e 6,8%. De acordo com a Direcção Geral do Orçamento, a despesa do Estado com a “Função Saúde” no período de Janeiro a Maio de 2006 foi superior, à de idêntico período de 2005, em 21%.

Na Região Autónoma da Madeira a generalização da medicina convencionada, ou seja, a privatização da saúde, está a determinar que um utente do SNS tenha de suportar entre 59% e 85% do custo de uma consulta, cujo preço é de 50 euros (10.000\$00).

A análise do relatório do “Programa de Reestruturação da Administração Pública (PRACE)”, elaborado pela “comissão técnica” nomeada pelo actual governo leva à conclusão que a instabilidade, a insegurança, a desorganização e a paralisia que o actual governo está a provocar em toda a Administração Pública, contribuindo assim para um maior agravamento da crise económica e social em que o País está mergulhado, não é apenas consequência de uma “reforma” apressada e mal estudada (como efectivamente também é), mas tem um objectivo claro que é o seguinte: criar condições para que depois sejam entregues à exploração privada serviços públicos essenciais, pelo menos todos aqueles que possam dar lucros aos privados. E como se prova neste estudo isso tem graves consequências quer para os utentes dos serviços públicos quer para o Orçamento do Estado.

As despesas que têm aumentado mais no Serviço Nacional de Saúde são as com “Compras ao exterior”, com “Fornecimentos e Serviços Externos” e com “Subcontratos”, ou seja, as com negócios com entidades privadas. O peso destas despesas nas despesas totais do SNS não param de aumentar, enquanto as com pessoal têm diminuído.

### AS DESPESAS COM NEGÓCIOS COM PRIVADOS JÁ TEM UM PESO MUITO GRANDE NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

O quadro I, que foi construído com dados fornecidos pelo Ministério da Saúde à Assembleia da República, permite analisar, para o período 2003-2005, a tendência de crescimento das despesas do SNS por natureza. A única lacuna são as despesas dos Hospitais EPE que não se encontram desagregadas por natureza.

**QUADRO I – Evolução dos diferentes tipos de despesa do SNS entre 2003 e 2005**

RÚBRICAS	2003	2004	2005	Aumento %	% do TOTAL	
	Milhões de euros			2003-2005	2003	2005
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>2.108,20</b>	<b>2.204,20</b>	<b>2.336,40</b>	<b>10,8%</b>	<b>30,0%</b>	<b>29,5%</b>
<b>Compras Hospitalares SPA</b>	<b>706,1</b>	<b>770,4</b>	<b>846,7</b>	<b>19,9%</b>	<b>10,4%</b>	<b>10,7%</b>
Produtos Farmacêuticos	520,8	567,9	624,7	20,0%	7,6%	7,9%
Material de Consumo Clínico	147,8	167,8	184,6	24,9%	2,3%	2,3%
Outras Compras	37,5	34,7	37,4	-0,3%	0,5%	0,5%
<b>Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)</b>	<b>448,1</b>	<b>512</b>	<b>397,3</b>	<b>-11,3%</b>	<b>6,9%</b>	<b>5,0%</b>
<b>Subcontratos</b>	<b>2.147,20</b>	<b>2.332,00</b>	<b>2.604,30</b>	<b>21,3%</b>	<b>31,3%</b>	<b>32,9%</b>
Produtos Venda Farmácias	1.282,80	1.428,20	1.505,90	17,4%	19,2%	19,0%
Meios Complementares D.T	596,3	652,8	680,6	14,1%	8,8%	8,6%
Outros subcontratos	268,1	251	417,8	55,8%	3,4%	5,3%
<b>Hospitais SA/EPE</b>	<b>1.467,20</b>	<b>1.507,80</b>	<b>1.614,90</b>	<b>10,1%</b>	<b>20,3%</b>	<b>20,4%</b>
<b>Outras Despesas</b>	<b>144,9</b>	<b>115,8</b>	<b>127,7</b>	<b>-11,9%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,6%</b>
<b>TOTAL S/ Imobilizações</b>	<b>7.021,70</b>	<b>7.442,20</b>	<b>7.927,30</b>	<b>12,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Compras+FSE+Subcontratos</b>	<b>3.301,40</b>	<b>3.614,40</b>	<b>3.848,30</b>	<b>16,6%</b>	<b>48,6%</b>	<b>48,5%</b>

FONTE: IGIF- Ministério da Saúde

Entre 2003 e 2005, as despesas do Serviço Nacional de Saúde aumentaram 12,9%, pois passaram de 7.021,7 milhões de euros para 7.927,9 milhões de euros. No entanto, se a análise for feita por rubricas conclui-se que as despesas que mais cresceram foram precisamente as que estão associadas a “Subcontratos” com entidades privadas

Efectivamente, entre 2003 e 2005, por ex., as “Despesas com Pessoal” aumentaram 10,8%, mas as despesas com “Subcontratos” cresceram 21,3%, portanto praticamente o dobro. Só as despesas com “Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica” aumentaram, entre 2003 e 2005, 14,1%, pois passaram de 596,3 milhões de euros para 680,6 milhões de euros.

Por outro lado, se analisarmos a estrutura das despesas concluímos que os negócios com os privados já tem um peso muito grande no Serviço Nacional de Saúde, sendo a causa principal do crescimento rápido das suas despesas.

Assim, se somarmos às despesas com “Compras”, com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” e com “Subcontratos”, a soma já representava, em 2005, cerca de 48,5% das despesas totais do Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, mesmo este valor não inclui a totalidade das despesas que se poderão considerar como negócios com privados, ou seja, ligados a “compras, subcontratos e a fornecimentos e serviços de terceiros”. E isto porque neste valor não estão ainda incluídas as despesas dos hospitais empresarializados (Hospitais EPE) nas mesmas rubricas. E as despesas totais destes hospitais já representavam, em 2005, cerca de 20,4% (1.614,9 milhões de euros) das despesas totais do SNS.

### AGRAVAMENTO ESPECTACULAR NAS DESPESAS COM NEGÓCIOS COM PRIVADOS NO 1º TRIMESTRE DE 2006

O quadro seguinte, construído também com dados fornecidos pelo Ministério da Saúde à Assembleia da República, mostra o crescimento significativo verificado, entre o 1º trimestre de 2005 e o 1º trimestre de 2006, das despesas resultantes de negócios do Serviço Nacional de Saúde com entidades privadas. E aqui já estão incluídos os Hospitais EPE.

#### QUADRO II – Variação das despesas nos Hospitais SPA e EPE

DESPESAS RÚBRICAS	Variação Março 2005/Março 2006	
	Hospitais SPA (*)	Hospitais EPE (**)
Total das Compras	9,6%	9,5%
Produtos Farmacêuticos	7,5%	9,4%
Fornecimentos e Serviços	9,5%	14,1%
<b>Subcontratos</b>	<b>46,3%</b>	<b>32,1%</b>
Custos com Pessoal	5,0%	6,8%

FONTE: IGIF – Ministério da Saúde – 2006

(\*) Hospitais do Serviço Público Administrativo; (\*\*) Hospitais-empresa

Como mostram os dados do quadro II, foram precisamente as despesas com “Subcontratos” que mais aumentaram entre o 1º Trimestre de 2005 e 1º Trimestre de 2006, tendo crescido, nos Hospitais SPA (do Serviço Público Administrativo), 46,5% e, nos Hospitais EPE (Hospitais Públicos que foram transformados em empresas), 32,1%. Segundo a Direcção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças até Março de 2006, e sem incluir os Hospitais EPE, o Serviço Nacional de Saúde pagou, resultante de subcontratos, 1.078,4 milhões de euros, ou seja, mais do dobro do que despendeu com Pessoal que foi de 457,8 milhões de euros. E segundo o Boletim Informativo de Maio de 2006 da Direcção Geral do Orçamento, no período de Janeiro a Maio de 2006 as despesas com a “Função Saúde”, relativamente a igual período de 2005, aumentaram 29%, pois passaram de 2.769 milhões de euros para 3.573,5 milhões de euros.

Assim, pode-se dizer que os negócios com privados e, nomeadamente, a subcontratação com privados é a despesa que tem mais aumentado no SNS, contribuindo muito para o elevado crescimento das despesas que se tem verificado. E isto é ainda mais grave se se tiver presente que coexiste com uma elevada subutilização dos meios existentes nos Hospitais (laboratórios, blocos operatórios, meios humanos) fruto da promiscuidade público-privado que continua a imperar e que o actual governo nada faz para acabar; pelo contrário, até tem criado condições para que cresça como prova o chamado “Compromisso com a Saúde”, assinado entre a Associação Nacional de Farmácias e o Ministério da Saúde, que prevê, no seu ponto 14, a instalação de farmácias privadas dentro dos próprios Hospitais Públicos.

### O CUSTO DA MEDICINA CONVENCIONADA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Um outro exemplo de privatização do serviço público de saúde, com custos elevados para os utentes e com violação do princípio constitucional de que todos os portugueses têm direito a um serviço de saúde tendencialmente gratuito, é o da medicina convencionada na R. A. da Madeira. Desde 1978, que o governo regional tem assinado contratos com a Ordem de Médicos para que os médicos desta região autónoma realizem consultas privadas aos utentes do Serviço Nacional de Saúde. As consequências para os utentes constam do quadro seguinte.

**QUADRO III – Custos da medicina convencionada para os utentes do SNS na R.A. da Madeira**

ANOS	Valor pago pelo utente	REEMBOLSO DO GOVERNO REGIONAL			
		Valor			Em % do preço total
1978- Escudos	300-500	250			83% e 50%
2004- Em euros	50	20,45	18,75	7,5	40,9%, 37,5% e 15%

Em 1978, o utente do SNS quando recorria a uma consulta de um médico privado na R.A. da Madeira pagava entre 300\$00 e 500\$00 (dependia da especialidade), sendo depois reembolsado pelo governo regional de 250\$00, o que determinava que pagasse efectivamente por cada consulta a diferença, ou seja, entre 50\$00 e 250\$00. Em 2004, a mesma consulta custava ao utente do SNS 50 euros (10.000\$00), mas era reembolsado pelo governo regional apenas numa importância que variava entre 20,45 euros e 7,5 euros, o que determinava que o utente tivesse de suportar entre 29,15 euros (5.924 escudos) e 42,5 euros (8.520 escudos). E para que se possa ficar com uma ideia deste custo para os utentes do SNS da Região Autónoma da Madeira, interessa referir que, em 2004, o número de consultas realizadas no âmbito da medicina convencionada atingiu 150.000 na Madeira, praticamente igual ao número de consultas realizadas nos serviços oficiais de saúde, que foram 160.000.

### A “REFORMA” DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E OS CUSTOS PARA OS UTENTES E PARA O ORÇAMENTO DO ESTADO

A ameaça de privatização crescente não só dos serviços públicos de saúde mas também de muitos outros serviços da Administração Pública essenciais, com consequências graves para a população e para o Orçamento do Estado, é real. E isto porque um dos objectivos principais da chamada “reforma da Administração Pública” que está a ser levada a cabo pelo governo de Sócrates é precisamente a entrega a privados de serviços públicos.

Isso mesmo pode-se ler no relatório do Programa de Reestruturação da Administração Pública (PRACE) elaborado pela chamada “comissão técnica” nomeada pelo governo. Efectivamente, na

pág. 14 desse relatório encontra-se expresso um dos objectivos principais a atingir com a “reforma” em curso: “ Um Estado cada vez menos prestador directo de serviços e, cada vez mais, regulador, o que obriga ao reforço das funções de planeamento, controlo, avaliação e responsabilização” .

De acordo com esta noção de Estado, que é a do actual governo, ele deve deixar de prestar a maioria dos serviços públicos essenciais (por ex., saúde, educação, etc.), entregando-os naturalmente a outras entidades, incluindo privadas, reservando fundamentalmente para si a função de regulador, planeador, controlador e avaliador. É uma concepção neoliberal de serviço público, no sentido puro e duro.

Sobre a “externalização” de serviços públicos, que é o novo nome de privatização dos serviços públicos (“externalização” é um termo mais tecnocrata utilizado para não ferir “sensibilidades” e fundamentalmente para ocultar os verdadeiros objectivos), existe no próprio relatório uma parte toda ela dedicada a esta matéria (pág. 31 e seguintes).

Assim, pode ler naquele relatório oficial o seguinte: “Após uma análise cuidada das funções desempenhadas por cada organismo deverá ponderar-se sobre a possibilidade da sua transferência para terceiros”. E acrescenta também o seguinte, para tornar ainda mais claros os objectivos “reformadores” deste governo: “A transferência de funções para terceiros poderá assumir diversas formas que vão desde a empresarialização pública da função (sector público empresarial, que é um passo intermédio para a privatização futura), à privatização total (entrega ao sector privado) e pelas parceria público-privadas” (outra forma que actualmente assume a privatização dos serviços públicos). E para que não restassem dúvidas sobre as suas intenções ainda acrescenta o seguinte: “Na actual Administração Pública existem já algumas experiências de externalização com sucesso, designadamente de “outsourcing” (pág. 31).

Em resumo, a instabilidade, a insegurança, a desorganização e a paralisia que o actual governo está a provocar em toda a Administração Pública, contribuindo assim para um maior agravamento da crise económica e social em que o País está mergulhado, não é apenas consequência de uma “reforma” apressada e mal estudada (como efectivamente também é), mas tem também um objectivo claro que é o seguinte: criar condições para que depois sejam entregues à exploração privada serviços públicos essenciais, pelo menos todos aqueles que possam dar lucros aos privados à custa dos utentes e do Orçamento do Estado.

**Eugénio Rosa**  
**Economista**  
[edr@mail.telepac.pt](mailto:edr@mail.telepac.pt)  
**15 de Julho de 2006**